

CÂMARA MUNICIPAL

DE

COVILHÃ

ATA N.º 14 / 2023

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA

21 DE **JULHO** DE 2023

(CONTÉM 47 FOLHAS)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE VÍTOR MANUEL PINHEIRO PEREIRA

VICE-PRESIDENTE JOSÉ ARMANDO SERRA DOS REIS

VEREADOR JORGE HUMBERTO MARTINS SIMÕES

VEREADOR MARIA REGINA GOMES GOUVEIA

VEREADOR RICARDO MIGUEL CORREIA LEITÃO FERREIRA DA SILVA

VEREADOR JOSÉ MIGUEL RIBEIRO OLIVEIRA

VEREADOR MARTA MARIATOMAZ GOMES MORAIS ALÇADA BOM JESUS

FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE _____

VICE-PRESIDENTE _____

VEREADOR _____

VEREADOR _____

VEREADOR _____

VEREADOR _____

VEREADOR _____

**CÂMARA MUNICIPAL****DA****COVILHÃ****TEXTO DEFINITIVO DA ATA Nº 14/2023**

Da reunião ordinária pública realizada no dia 21 de julho de 2023, iniciada às 09:10 horas e concluída às 13:45 horas.

Sumário:	01
Abertura	02
Período Antes da Ordem do Dia	05
Período da Ordem do Dia	20
Agenda	20
Aprovação de Atas	20
Balancete	20
Despachos	20
DAGCJ	21
DFMA	29
DOP	32
DECAD	37
DU	42
Intervenção do Público	43
Aprovação em minuta	47
Votação das deliberações	47
Montante Global de Encargos	47
Encerramento	47

**ABERTURA****ATA Nº 14/2023**

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, na Covilhã, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal da Covilhã sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Vítor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes o Senhor Vice-Presidente José Armando Serra dos Reis e os Senhores Vereadores Jorge Humberto Martins Simões (em substituição do Senhor Pedro Miguel Santos Farromba), Maria Regina Gomes Gouveia, Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva, José Miguel Ribeiro Oliveira e Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus.

A reunião foi secretariada pela Senhora Dr.ª Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica.

E, pelas 09:10 horas, o Senhor Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA****1. AGENDA****2. APROVAÇÃO DE ATAS****3. BALANCETE****4. DESPACHOS****5. DEPARTAMENTOS****5.1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E COORDENAÇÃO JURÍDICA**

- a) *Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Universidade da Beira Interior – Reunião número 100 do Comité JPEG (Aprovação)*
- b) *Transferência de propriedade plena do prédio, sito na Barroca Grande, inscrito na matriz predial urbana com o artigo 330 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 89 da Aldeia de S. Francisco de Assis para o Município da Covilhã – Aceitação da Doação (Aprovação)*



- c) *Minuta de Protocolo de Cedência entre o Município da Covilhã e a Derivadas & Segmentos, S.A. - instalação de um ponto de presença - «point of presence» ou «POP» (Aprovação)*
- d) *Ata de Abertura de Propostas, Negociação e Proposta de Adjudicação e respetivo Contrato de Locação do Estabelecimento: Bar do Miradouro da Rua Marquês D'Ávila e Bolama para o período de 2023 a 2028 (Aprovação)*
- e) *Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Barco e Coutada - Construção do Centro Interpretativo do Azeite (Aprovação)*
- f) *Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Barco e Coutada – Ampliação do Cemitério do Barco (Aprovação)*
- g) *Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia do Paul - Realização de obras no Parque Urbano do Paul (Aprovação)*
- h) *Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Unhais da Serra – Realização das suas Atividades (Aprovação)*
- i) *Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Cortes do Meio - no âmbito da candidatura à Operação 10.2.1.6 - Renovação de Aldeias promovida pelo PDR2020, do projeto “A rota pedestre homologada PR17 CVL - Rota das Pontes” (Aprovação)*
- j) *Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto para Execução/Reconstrução de Muros de Suporte (Aprovação)*
- k) *Toponímia: (Aprovação)*
 - 1. *Freguesia do Ferro*
 - 2. *Freguesia de Verdelhos*
 - 3. *União de Freguesias de Peso e Vales do Rio*
 - 4. *União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo*

5.2. DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- a) *Concurso Público para a Empreitada de Obras de Construção de Edifício Multifamiliar na Rua Comendador Gomes Correia, n.º 39 a 65 – Lista de Erros e Omissões (Conhecimento)*
- b) *Confeção, Transporte e Distribuição das Refeições Escolares e Serviço de Refeitório nos Estabelecimentos do Ensino Pré-Escolar dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário do Município da Covilhã – Pedido de Esclarecimentos (Conhecimento)*
- c) *Empreitada de Obras do centro Interpretativo Mineiro – Adjudicação (Conhecimento)*
- d) *Concurso Público para a Empreitada de Obras de Requalificação de Pavimentos da EX EN343-1 desde o Cruzamento com a EN230 e a Ponte da Vila do Paúl (Conhecimento)*
- e) *Concurso Público para a Empreitada de Obras de Requalificação da EM511 – Troço compreendido entre o Cruzamento com a EM512 (Ourondo) e a Povoação de Casegas – Adjudicação (Conhecimento)*
- f) *Concurso Público para a Empreitada denominada “Construção de Edifício Multifamiliar na Rua Comendador Gomes Correia, n.º 39 a 65” – Abertura de Procedimento (Ratificação)*

5.3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO

- a) *PAESC – Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima – Abertura do Período de Consulta Pública (Aprovação)*

Handwritten signature in blue ink and a circular stamp with the number 004.

- b) *Trabalhos Complementares da Empreitada da Obra de Requalificação da EB 2/3 do Teixeira (Aprovação)*
- c) *Trabalhos Complementares da Empreitada de Obras de Requalificação Urbana do Espaço Público na Avenida Frei Heitor Pinto e Estrada do Sineiro, Covilhã (Aprovação)*
- d) *Revisão de Preços: (Aprovação)*
 - 1. *Empreitada de obras de "alteração e conservação do sistema de drenagem de águas pluviais da cobertura do edifício da Câmara Municipal da Covilhã"*
 - 2. *Empreitada de Requalificação dos Revestimentos do Anfiteatro Mártir-in-Colo*
 - 3. *Empreitada de Obras de Reposição das Condições de Conservação, Segurança e Salubridade em Edifício na Travessa da Rua da Liberdade – Cantar Galo*
 - 4. *Empreitada de Obras de Reabilitação dos Edifícios do Bairro Social Quinta da Alâmpada do Lote 8 ao Lote 15 - 2.ª Fase*
 - 5. *Empreitada das obras de Reabilitação dos Edifícios do Bairro Social do Cabeço - Lote 10, 11 e 12*
 - 6. *Empreitada de Obras de Reconstrução de um Muro de Suporte sito no Caminho dos Moinhos – Covilhã*
- e) *Conta Final: (Aprovação)*
 - 1. *Empreitada de Requalificação dos Revestimentos do Anfiteatro Mártir-in-Colo*

5.4. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E DESPORTO

- a) *Habitação Social: (Aprovação)*
 - 1. *Atribuições (2)*
 - 2. *Permuta (1)*
 - 3. *Anulação (1)*
- b) *Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Unhais da Serra – Realização do Festival Serra da Estrela (Aprovação)*
- c) *Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Peraboa – Realização da Feira da Chavelha (Aprovação)*
- d) *Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia do Ferro – Realização da Feira da Cereja (Aprovação)*
- e) *Minutas de Protocolos de Apoio com Juntas de Freguesia – Serviço de refeições escolares – Ano Letivo 2023/24 (Aprovação)*
- f) *Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã – 41.º Concurso Nacional de Manobras de Bombeiros e do 40.º Concurso Nacional de Manobras para Cadetes (Aprovação)*

5.5. DIVISÃO DE URBANISMO

- a) *Procedimento de atribuição de licença de utilização privativa do domínio público para pontos de carregamento de veículos elétricos de acesso público (Aprovação)*


005**I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e, em conformidade com o disposto no artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 8.º do Regimento da Câmara Municipal da Covilhã, iniciou, dando conhecimento que a candidatura aos Bairros Comerciais Digitais, financiada por fundos do PRR e apresentada conjuntamente com a Associação Empresarial dos Concelhos da Covilhã, Belmonte e Penamacor, foi aprovada e a que obteve a melhor classificação na nossa região, ou seja, em toda a Beira Interior.

Salientou, sobre este assunto, o honroso 9º lugar obtido pela Covilhã neste programa, ao qual foram apresentadas 187 candidaturas, passando à fase seguinte 160, das quais apenas 65 foram selecionadas e tiveram financiamento.

Explicou que estava em causa um projeto que vai ser levado a cabo em conjunto com a AECBP, que conta com um investimento total de 1 milhão e 26 mil euros e com financiamento de 942 mil euros.

Neste âmbito, afirmou que a candidatura se vai focalizar no Centro Histórico, procurando dar-lhe vida, considerando que este é o melhor sinal que pode ser dado aos covilhanenses em geral e aos habitantes, comerciantes e utentes do Centro Histórico da Covilhã em particular, pois coloca ao seu dispor novas ferramentas digitais que lhes permitirá concorrer com outros estabelecimentos das grandes superfícies, destacando que 210 estabelecimentos terão “as mesmas armas que os mais poderosos, ricos e abastados já têm e detêm na parte baixa da cidade. Isto para evitar o desequilíbrio e a falta de coesão entre a parte alta e a baixa da cidade.”

Concluiu referindo que estavam muito esperançados com este programa, que carece de informação e formação, pelo que os comerciantes têm que estar habilitados para beneficiarem destas novidades.

De seguida, por o *dossier* ter sido seguido pelo Senhor Vereador José Miguel Ribeiro Oliveira, o Senhor Presidente concedeu-lhe a palavra para melhor explicar os pormenores e as vantagens da candidatura.

O Senhor Vereador, após cumprimentar os presentes, reforçou que esta tinha sido uma candidatura conjunta entre a Câmara - que a lidera - e a AECBP, acrescentando que foi também um trabalho conjunto com comerciantes do Centro Histórico, que participaram, numa primeira fase, no diagnóstico e que trabalharam e foram ouvidos durante a fase da candidatura, podendo compreender a importância desta ferramenta para os próximos três anos, data limite de implementação e do financiamento. Neste sentido, agradeceu aos comerciantes que participaram, à AECBP, à equipa de consultores e aos técnicos do Município que possibilitaram este resultado, de que muito se orgulham.

Esclareceu que a candidatura está dividida em duas partes fundamentais, sendo uma delas de intervenção no espaço público do Centro Histórico, estando previsto um investimento de 1 milhão e 26 mil euros, com participação de 92%.

Deu nota da implementação de sistemas de conectividade Wifi de 6.ª geração que vão potenciar toda a interatividade com os smartphones e os comerciantes; aquisição de mobiliário urbano



inteligente, nomeadamente de bancos de carregamento e de difusão de rede; Mupis interativos, sinalética; desenvolvimento de aplicações móveis; *sites* individualizados para cada comerciante; disponibilização de informação *online*; sistemas de controlo de tráfico ou afluência.

Salientou que o programa vai permitir ter “um Gestor do Bairro”, que vai ser solidariamente responsável com os objetivos que se vão contratualizar com a tutela, ou seja, vai de comerciante a comerciante perceber as dificuldades e os resultados que estão a ter.

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, aludindo a temática da saúde, para referir que na segunda feira seguinte, a seu pedido, o Senhor Ministro da Saúde viria reunir no Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira (CHUCB) e com a Universidade da Beira Interior (UBI), tendo como foco “coisas que se desejam há muito tempo” e que pretendem ver resolvidas definitivamente.

Salientou que a ARS sinalizou que várias unidades de saúde bem como o Centro de Saúde da Covilhã vão ser alvo de intervenções e de requalificações, numa candidatura de 1 milhão e 160 mil euros, e assim discriminados:

- Centro de Saúde da Covilhã: 332 mil euros;
- Centro de Saúde do Tortosendo: 550 mil euros;
- Unidade de Saúde de Vila do Carvalho: 111 mil euros;
- Centro de Saúde do Teixoso: 30 mil euros;
- Unidade de Saúde de S. Jorge da Beira: 22 mil euros;
- Unidade de Saúde da Coutada: 30 mil euros; e
- ET da Covilhã: 85 mil euros.

Esclareceu que a intervenção do Município, no âmbito da transferência de competências recentemente assumidas, era a apresentação das respetivas candidaturas com vista à sua requalificação, ou seja, assumir-se como dono das obras.

O Senhor Presidente prosseguiu e deu nota que, na sequência dos incêndios do ano transato, para além das obras de estabilização e de regularização de taludes, caminhos, passagens de água, limpezas, etc., os Municípios afetados pelo incêndio foram alvo de um benefício por parte do Governo da República noutros domínios, como o da ação social, mais concretamente no que respeita às IPSS, que estão mais necessitadas em alargar, ampliar ou criar novas unidades.

Neste sentido, referiu que, na sequência da Resolução do Conselho de Ministros de 27 de setembro de 2022, houve uma bonificação para os 6 Municípios afetados pelo incêndio, tendo a Senhora Vereadora da Ação Social estado presente, em sua representação, na assinatura dos contratos programa com as IPSS, no âmbito do PRR, no montante global de 2 milhões 885 mil euros, assim discriminados:

- Cerzir Afetos Boidobra: 407 mil euros;
- Centro Social e Comunitário do Peso: 927 mil euros
- Centro Social Nossa Senhora da Conceição – Vila do Carvalho: 932 mil euros;
- Centro Social e Cultural de Verdelhos: 617 mil euros.

Concluiu a sua intervenção apresentando um Voto de Pesar pelo falecimento do "Ilustre Covilhanense, Dr. Luís Patrão. Nasceu na Covilhã, onde estudou até entrar na Faculdade de Direito de Coimbra, tendo ido para outras paragens que muito honraram e orgulharam a Covilhã.

Foi Chefe de Gabinete de dois Primeiros-ministros; foi Secretário de Estado; Presidente do Turismo de Portugal; responsável na ANA Aeroportos, TAP e no Montepio.

Um Cidadão que do ponto de vista partidário tinha responsabilidades muito relevantes e era Diretor Geral do Partido Socialista.

Gostava muito da Covilhã e era um homem muito discreto. Aquilo que fez pela Covilhã, coisas que aí estão, outras que hão de vir e que estão em curso... e nunca levantou o dedo a dizer: eu ajudei, puxei, empurrei, trouxe e fiz. Isto é, de facto, notável num ser humano.

O meu bem-haja ao Luís Patrão."

- Posto o Voto de Pesar à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Concedida a palavra ao Senhor Vereador Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva, apresentou cumprimentos aos presentes, em especial ao público e começou por se associar ao Voto de Pesar.

Felicitou as medidas apresentadas para a revitalização do Centro do Histórico da Cidade, que considerou uma boa notícia e motivo de satisfação, apelando para que se criem condições para a fixação de mais comerciantes no Centro Histórico da cidade.

Demonstrou o seu incómodo pela vinda de tantos cidadãos apresentar as suas preocupações, referindo que as mesmas deveriam ser resolvidas e tratadas antecipadamente, nomeadamente no que respeita à atribuição de habitação e arranjo dos caminhos.

Relativamente ao contrato de concessão da mobilidade, evidenciou que desde o início tem feito reparos sobre o mesmo e que, embora tenha sido considerado inovador pela empresa concessionária, as preocupações da população continuavam, como hoje tinha sido referenciado pelo público, nomeadamente no que diz respeito aos preços das avenças para os comerciantes e que, por eles citado, foram discutidas com a "Câmara ou com o especialista nesta matéria, Eng. Hélio fazendeiro, como referido pelo Senhor Presidente".

Afirmou também que "o contrato custa ao Município 9 milhões de euros, mas, o privado, no final das contas, prevê ganhos acima dos 20 milhões de euros".

Prosseguiu e felicitou o Senhor Presidente pela medida que apresentou (de experimentar os autocarros como qualquer cidadão) e referiu que eles, Vereadores da Oposição, fizeram a viagem de S. Jorge da Beira para a Covilhã, com partida às 06:00 horas e chegada às 9:30 horas, referindo que o Senhor Presidente devia também experimentar esses autocarros, uma vez que os nossos cidadãos não são apenas os que vivem na cidade da Covilhã mas também os que residem nas diversas freguesias e que, segundo acrescentam, têm que andar 2 e 3 horas de autocarro, com custos elevados, para chegarem ao centro da cidade.

De seguida, disse que gostariam de saber de forma clara e objetiva sobre as seguintes questões, que deveriam ser prevenidas antes, como alertaram para o efeito:

“Quando teremos os novos horários? Qual é a data em que os silos vão entrar em funcionamento? Os preços que estão a ser praticados são os definitivos? E quando fala em mitos, há aqui um mito que me parece que está a ser criado e não é com toda a certeza pelas pessoas que vêm aqui, que eu considero que não se devem classificar como especialistas, porque sabem falar de tudo, mas sim Covilhanenses inteligentes e preocupados com estas questões.

Já ouvi várias vezes pessoas, ligadas a quem tem responsabilidades com a assinatura deste contrato, dizer que as pessoas que vivem na zona baixa da cidade vão pagar 15 euros. É uma verdade! E quando se deslocam ao centro da Cidade vão pagar como os outros, logo, vão ter um custo acrescido.

Lançava-lhe uma proposta: temos ouvido falar que todos os estudantes têm o passe gratuito. Podem utilizar o transporte gratuito para se deslocarem ao centro da Cidade?”. Sobre esta questão, salientou que, na sua opinião, assim deveria ser, como forma de incentivo na zona histórica e para os comerciantes.

Em resposta, o Senhor Presidente referiu que, tendo o Senhor Vereador Ricardo Silva colocado questões na sua ótica muito importantes, mas que são de pormenor, iria dar o uso da palavra ao Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro, que acompanhou este *dossier* com pormenor e deu o seu melhor para que tudo resultasse bem.

Interveio então o Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro que começou por referir, em relação ao valor do contrato, que este prevê uma compensação financeira do Município ao longo dos 10 anos, de 9 milhões e 160 mil euros. Esse contrato, também de acordo com os mapas financeiros, prevê um fluxo financeiro ao longo destes 10 anos de 21 milhões de euros, que incluem não só a compensação financeira do Município, a receita que a operadora tem, mas também todos os fluxos financeiros que a empresa tem, como seja o pagamento de salários, reparação de autocarros, substituição de paragens, etc. Tudo isso é o fluxo financeiro expectável.

A questão dos tarifários e os que foram utilizados: foram todos exatamente os mesmos que estavam em vigor em 2019, na Covibus e Braga Parques. Como já referido, eles não foram atualizados de acordo com o que é a lei e a sua atualização e, por essa via, com o descongelamento foram atualizados nos termos da lei.

O transporte escolar, como referiu, não existia antes da forma como está. O Município sempre assumiu aquilo que eram as responsabilidades legais ao nível das compensações, isto é, sempre apoiámos alunos carenciados em função do seu escalão. Este contrato e esta concessão permite que todos os alunos do Concelho tenham transporte escolar gratuito, incluindo os alunos universitários que estejam recenseados na Covilhã, tendo os restantes um desconto de 25%.”

Solicitou o uso da palavra o Senhor Vereador Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva para dizer que a sua questão não foi bem entendida no que diz respeito aos passes escolares, colocando novamente a questão: “Todos os alunos residentes na cidade da Covilhã podem utilizar os transportes de forma gratuita?”



Respondendo, o Senhor Chefe de Gabinete esclareceu que todos os alunos do Concelho podem requerer o passe escolar na plataforma, sendo atribuído a quem tem direito ao mesmo.

O Senhor Vereador Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva disse que o que pretendiam com a proposta era que os alunos residentes na Covilhã pudessem utilizar os transportes urbanos gratuitamente para se poderem deslocar na Cidade, ao Teatro Municipal, ao Hospital ou a qualquer sítio.

Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente, José Armando Serra dos Reis, para acrescentar que todos os alunos nacionais têm direito a transporte escolar em relação ao seu escalão, conforme os seus rendimentos, e que a Câmara Municipal da Covilhã, supondo que a nível nacional, criou uma medida excecional onde todos os alunos do Concelho têm 100% de transportes escolares.

Disse ainda que a proposta apresentada tinha implicações financeiras “e o Senhor Vereador não quer que seja aprovada aqui. Então não é uma proposta, é uma recomendação.”

Solicitou o uso da palavra a Senhora Vereadora Maria Regina Gomes Gouveia para referir, sobre o assunto em discussão, “que claramente se está aqui a jogar com palavras e com conceitos.

Uma coisa é o direito que está legalmente previsto, que é o transporte escolar quando ele não exista numa distância máxima que está legalmente prevista ou com tempos de espera de transportes públicos que obrigam à criação de circuitos especiais.

Estamos a falar aqui de um direito que, efetivamente, foi dito corretamente pelo Senhor Chefe de Gabinete do Presidente: existe no Município da Covilhã o direito de todos os alunos poderem ter transporte escolar gratuito. Isso existe e não existe em muitos municípios. É uma medida muito positiva e muito diferenciadora.

A recomendação que foi feita tem a ver com transportes gratuitos para todas as crianças que estão em contexto escolar e quero dizer que, não sendo especialista, trariam custos, provavelmente, muito elevados e que não estão previstos na concessão.

Quero dizer que na política me choca imenso como nós jogamos com diferentes argumentos sem coerência.

Acho que não há coerência quando se sublinham criticamente os elevados custos com os transportes e logo a seguir se propõe um alargamento que implicaria mais custos”.

O Senhor Presidente acrescentou que “a empresa concessionária não está aqui pelos nossos lindos olhos, nem noutros concelhos. Está porque quer ganhar dinheiro. É uma empresa das maiores multinacionais do Mundo, tem 58 mil motoristas e opera nos 5 continentes.

Portanto, a empresa busca o lucro porque tem de pagar salários, manutenção da frota e substituição de autocarros, elevadores, bicicletas, mais os diversos custos inerentes à exploração. Se retirarem aos 20 milhões essa quantia, não será o valor que querem passar.

E já agora, quero dar uma nota que não tem sido salientada: dos 20 autocarros, 10 são novos e os outros têm uma idade média que tem de ser melhorada e de preferência, em alguns deles, tem de haver a transição para o elétrico.

Sei que querem dar a ideia de que arranjam aqui um negócio chorudo e uma fortuna à custa dos covilhanenses. Essa é a ideia que querem fazer passar mas que é, efetivamente, uma inverdade e um mito. Porque, na realidade, uma coisa é aquilo que a Câmara paga e outra coisa é aquilo que eles têm que despende. E também têm direito a cobrar, fora do âmbito essencial ou nuclear.

Diz a Senhora Vereadora, com toda a propriedade, e aquilo que aqui quis dizer, com clareza, é que não se pode criticar, por um lado, que se está a pagar muito e depois vir a pedir-se um acréscimo de despesa à Câmara, porque o custo disso seria inimaginável.

O que o Senhor Vereador Ricardo Silva acabou de fazer é um exercício de populismo no seu melhor. Em política não pode valer tudo. Uma coisa é a gente pedir aquilo que é racional, essencial e natural e isso até é um pouco contranatura, e não estou a dizer que não fosse bom. Porventura, até podia ser bom para alguns deles, e em casos muito concretos e reduzidos. Agora, fazer isso como medida universal e abrangendo toda a gente, não o seria.

Se me dissesse para aplicar esses valores na Estratégia Local de Habitação, para não termos - como disse e bem - municípios a pedir casas... Até somos um exemplo de municípios com um número expressivo de casas e foi uma das boas heranças que recebi, apesar de estarem degradadas e de não estarem todas pagas. Tanto assim é que queremos prosseguir essa senda com a ELH, onde vamos gastar muitos milhões, para casas a preços acessíveis e outras para pessoas da classe média. Aí é que o dinheiro é bem empregue e não estou a dizer que esse fosse atirado para o lixo. Estou a dizer que quando se faz uma proposta ou recomendações devem ser quantificadas.

E já agora, exorto-o a fazer a análise do custo dessa medida, tendo em conta o número de alunos, e depois até podemos falar sobre isso."

O Senhor Vereador Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva, respondendo, disse que "até parece que trouxe aqui uma proposta inovadora ou que só se vê noutro Mundo qualquer.

Aquilo que nós propusemos aqui, hoje, é algo que é feito em muitas cidades por essa Europa fora. E vou-lhe explicar porque é feita esta proposta. Achar que é uma inutilidade, uma demagogia ou alguma coisa do género, não é verdade.

Acha que é uma inutilidade um aluno da escolaridade obrigatória querer ir para o Complexo Desportivo e poder utilizar um autocarro de forma gratuita? Ou ao Teatro Municipal e não ter de pagar transporte? Da nossa parte não achamos que seja uma inutilidade.

Se pensarmos nos benefícios a vários níveis, como sejam ambientais, de terem de ser os pais a desloca-los em carro particulares... só aí já teríamos grandes benefícios e já estaria a nossa Cidade a dar um sinal inovador noutro campo."

O Senhor Presidente interrompeu a intervenção para referir que não considerou a proposta inútil e que poderiam, como já o tinha referido, analisá-la quando tivessem o custo da mesma, mas que existiam outras prioridades mais graves do ponto de vista social.

Retomou a palavra o Senhor Vereador Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Siva para dizer que "não podemos olhar para estas medidas como uma despesa. Porque se formos contabilizar o que os comerciantes do centro da cidade ganhavam com uma medida destas, aquilo que era o

 011

aumento da política cultural na Cidade e aquilo que eram as reduções dos custos ambientais nos próximos 10 anos... É uma recomendação que achamos que devia ser atendida.”

O Senhor Presidente esclareceu que os custos, face ao número de alunos, seriam “6.500 x 50 €, dá 325 mil euros mês x 12 meses, que dá 3,9 milhões de euros/ano”.

Solicitou o uso da palavra a Senhora Vereadora Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus para referir que, na reunião de 23 de setembro de 2022, verificaram que, na análise do plano de transportes, somente se referia a comparticipação da despesa a 100% para os alunos do ensino básico da Covilhã, situação que na altura consideraram incompreensível visto que a escolaridade obrigatória é até ao 12º ano, tendo por isso proposto que a comparticipação fosse alargada ao ensino secundário, o que veio a acontecer, sendo posteriormente aplicada ao ensino superior, algo que vê de forma positiva.

Referiu ainda, “para que não tivessem a noção de que somos populistas, também sabemos reconhecer quando as coisas estão bem.

Queremos deixar aqui um voto de congratulação ao Senhor Vereador José Miguel Oliveira e a toda a sua equipa, pela capacidade de mobilização e de organização que tiveram com a Feira de S. Tiago.

Conseguiram incentivar as empresas e comércio a participar no evento e espero que, para o ano, seja de maior crescimento. E com o apoio do cartaz conseguiram mobilizar os Covilhanenses a associarem-se a este evento que vai ser uma referência e uma marca da Covilhã: a Feira de S. Tiago.

Nós também sabemos reconhecer quando as coisas estão bem.

O que nós fazemos aqui é lutar pelos interesses dos Covilhanenses, das pessoas que votaram em nós e que não votaram.

É com consciência absolutamente tranquila que todas as recomendações e propostas que fazemos aqui, são sempre a pensar no bem dos Covilhanenses.”

Usou da palavra o Senhor Vereador Jorge Humberto Martins Simões que, após os cumprimentos, começou por dizer que “mantemos em voga a mobilidade urbana e é a ordem do dia. E quero apenas clarificar aqui circunstâncias em relação à mobilidade.

É que o Senhor Presidente, na passada sexta-feira, 7 de julho, no Salão Nobre e perante os Covilhanenses que lhe exigiam explicações sobre o sistema errático da mobilidade afirmou que, “*não sou especialista em transportes*”. Fica a ideia ou o sentimento de que o Senhor Presidente se desresponsabiliza sobre os problemas que este sistema tem causado à população.

Eu diria que o Senhor Presidente deveria ser especialista em tudo. Porque quem tem a obrigação e o dever de tomar decisões, deve munir-se das pessoas, dos ditos especialistas, consultores e de toda a informação para poder decidir bem.

Ora, a responsabilidade do acompanhamento e da fiscalização do contrato que assinou é sua, pelo que, deverá tirar responsabilidades políticas do que tem acontecido até à data. E fica a certeza de que, na verdade, se o Senhor Presidente não é especialista em transportes, não está sozinho, porque há mais gente que não deve ser também especialista. Contudo, a

responsabilidade política recai sempre sobre o Senhor Presidente e deverá retirar consequências disso.

Constatamos que é uma realidade: quebrou a confiança que os Covilhanenses depositavam em si e no sistema que concessionou.

Foi afirmado hoje, novamente, que o contrato prevê o serviço anteriormente prestado e que voltou a ser restabelecido no dia 19 de julho passado.

Regozijo-me por ter visto que a democracia estava viva e que já o mesmo não se poderá dizer da ideologia socialista que vem apregoando e executando este Executivo. E democracia, porque não foi uma exigência da Câmara o cumprimento do contrato. Foi um ato da população Covilhanense que obrigou a Câmara e, por seu lado, a empresa Transdev à reposição das antigas rotas, dos horários e à devolução dos 5 euros.

Uma viva à democracia, que continua a ser um bem inestimável na nossa vida.

Com as alterações de 19 de julho, que constam do contrato, pergunto se as rotas e horários estão todos a ser cumpridos como se exigia anteriormente e quanto é que estas alterações já nos estão a custar? E quanto é que ainda nos vai custar mais a implementação do chamado inovador sistema de mobilidade?"

Respondendo, o Senhor Presidente começou por dizer "que não custa mais nem menos. Custa o mesmo. Portanto, aí não é preciso ser especialista em transportes e, obviamente, que o Presidente da Câmara não deve, nem pode e nem tem de ser especialista em nada.

Uma coisa é dominar o sistema político, saber um bocadinho de política e outra coisa é ser aspirante a político.

O Senhor Vereador Jorge Simões, lamentavelmente, confunde coisas.

Para já, dar a nota de que foi um momento muito importante para eu, olhos nos olhos, com toda a frontalidade e sem medo, dizer aos Covilhanenses o que estava a acontecer e o que lhes disse foi simplesmente o seguinte: aqueles senhores não cumpriram o contrato.

Agora queriam que o Presidente da Câmara se obrigasse a uma coisa que nem lhe passava pela cabeça que eles fizessem. Tenho de adivinhar que alguém vai incumprir o contrato. Qualquer pessoa pode adivinhar que uma situação destas ocorra e, ocorrendo, tem consequências. E teve consequências, que foi obriga-los a fazer o que tinham a fazer.

Sabemos que os Senhores Vereadores queriam capitalizar e tirar dividendos políticos. Tiveram azar, porque a União de Sindicatos, que anda sempre muito atenta, de forma politicamente correta e de quem sabe fazer política, colocou a questão em registo adequado.

A questão do ponto de vista político é muito simples: houve um incumprimento que está reposto.

Os Senhores confundem fiscalizar contrato com incumprimento de contrato, uma vez que foi *a posteriori*."

Acrescentou ainda que as rotas e os horários foram repostos como previsto contratualmente.

Usou da palavra o Senhor Vereador José Miguel Ribeiro Oliveira para lembrar as atividades dos últimos 3 meses - cerca de 200 -, promovidas por associações, freguesias e entidades, com organização ou apoio da Câmara Municipal, encontros nacionais, ibéricos, internacionais,

jornadas científicas, cinema, teatro, música, Farrapeiros, Chanfana, Portas do Sol, Sunset, Festivais..., destacando que “era impossível encontrar um dia na Covilhã em que não aconteça nada”.

Relativamente às iniciativas levadas a cabo e da responsabilidade do Município, das várias áreas do desporto, cultura, educação, museus e Biblioteca, o Senhor Vereador fez referência às comemorações do 25 de Abril; Dia Mundial a Criança, que contou com 2300 pessoas; Feira Olá Emprego; Covilhã Desportiva – 1.ª Edição; Campeonato de Pesca à Pluma; 1.ª Semana Africana; 9.ª Fórum de Turismo - Vê Portugal; Wool, com mais 4 intervenções na Cidade; Torneio Lopes da Silva, que trouxe mais de 300 atletas e 1200 acompanhantes. Mencionou também que foi retomado o Torneio Inter-Freguesias; que foram mantidos e inovados os programas desportivos de apoio às mais variadas idades; e referiu a realização do 2.ª Festival do Pastel de Molho; a maior edição de sempre das Marchas Populares; os espetáculos das nossas classes de teatro, das crianças aos seniores que pisaram o palco do Teatro Municipal.

Relativamente à Feira de S. Tiago, agradeceu as palavras da Senhora Vereadora Marta Alçada, referindo que foi um trabalho conjunto, em parceria com a AECBP, e destacou a participação da Resistrela, das associações e coletividades.

Expôs que iria também decorrer o Verão no Centro Histórico e a Volta a Portugal, no dia 14 de agosto e indicou que, provavelmente, se esqueceu de mencionar várias iniciativas dignas de relevo e de serem destacadas.

Referiu ainda que todo este trabalho “é levado a cabo de forma afincada e genuína para fazer o máximo e melhor para a nossa terra. Não posso ficar satisfeito quando oiço, porque elas foram palavras ditas e escritas pelos Senhores Vereadores da Oposição, que a Covilhã está parada, a Covilhã não existe, a Covilhã vê os outros a passar à volta e aqui, hoje, aquilo que tiveram neste PAOD, foi exatamente a prova do contrário: que a Covilhã nos Bairros Digitais esteve à frente e que a nível destas iniciativas é um exemplo para ser seguido por toda a região.”

Concedida a palavra à Senhora Vereadora Maria Regina Gomes Gouveia referiu que, em relação ao assunto da gratuidade dos passes, “até poderia ser muito importante para a educação e para as escolas termos essa medida. Volto a referir que não é nada coerente falar de montantes elevados e apresentar uma recomendação ou medida que não está devidamente enquadrada nesses montantes.

Quero dizer que seria muito mais fácil para as escolas levar os alunos a vários pontos da cidade. A incoerência, para mim, está no tempo em que se está a apresentar uma recomendação dessas, quando só no ano anterior implementámos a medida dos transportes gratuitos para alunos (que enquadrámos nesta contratação) e está agora, numa fase de estabilização, a ser apresentada uma recomendação para nos causar pressão em relação a uma outra.

É, efetivamente, uma nova bandeira que fica aqui e que, com certeza, será para usar politicamente.”

Relativamente à Educação, sublinhou que também o “Projeto Eu Sou Mais” esteve na Feira de S. Tiago, mostrando resultados de projetos anuais, sendo um dedicado ao Prof. António Lopes e outro à Arte Nova da Covilhã.

Realçou o Espaço C3D, também relacionado com o “Projeto Eu sou Mais”, que tem concebido e desenvolvido instrumentos didáticos e pedagógicos que tem vindo a aplicar em escolas, nomeadamente para ensinar sobre arte, património e história local. Referiu que o projeto se tem

dedicado a adaptar jogos que são usados, quer por crianças quer por séniores, para necessidades específicas, podendo ser encontrados na tenda da Feira de S. Tiago os resultados deste trabalho.

No que respeita à Educação, salientou que, no próximo ano, haverá um modelo misto de AEC, em que o “Projeto Eu sou Mais” vai assumir alguns grupos de escolas na área de Artes e Design, área que tem de fazer um caminho de desenvolvimento próprio e muito específico.

Na área da Cultura, disse que devem ser salientados os eventos e realizações que têm as Associações como entidades promotoras, mas a quem o Município não só apoia financeiramente como também em toda a sua logística.

Salientou também que está a ser terminado o projeto do Centro Histórico Virtual, que visa a dinamização do Centro Histórico e do Comércio Tradicional, que considera muito importante e que irá alavancar a sua capacidade de atração. Sobre este projeto, informou ainda que foi apoiado pelo Turismo de Portugal e que tem sido desenvolvido com empresas, instituições e pessoas a título individual.

Na área Social, destacou que se encontra em consulta pública a Carta Municipal de Habitação e aludiu à realização de uma sessão pública de informação e apresentação, em que foi abordado o trabalho que se está a desenvolver desde 2020 no âmbito da Estratégia Local de Habitação.

Neste âmbito, explicou que desde 2020 já foi feita a atualização de todo o parque de habitação pública municipal - que conta com 722 fogos - e que no diagnóstico foram identificados 159 imóveis que necessitam de requalificação e melhoria de condições, associados a 344 pessoas carenciadas de 150 agregados que não têm possibilidades económicas para os melhorar.

Comunicou que foi feito o levantamento de todos os imóveis de renda apoiada e de renda livre bem como de terrenos municipais para efeitos de sistema de informação geográfica (SIG); a identificação de possíveis beneficiários diretos (proprietários de imóveis que não têm as devidas condições e que não têm capacidade de as melhorar); e a identificação de 19 famílias (que considera o eixo mais complexo de concretizar, porque carece de requisitos relacionados com documentação, entre outros);

A Senhora Vereadora sintetizou que a ELH tem três eixos: apoiar, atrair e habitar, e explicou que o primeiro eixo trata, sobretudo, de dotar habitações de condições dignas de habitação, no âmbito do PRR 1.º Direito, tendo já um total de 11 processos de contratação de projetos, estando alguns já concluídos, num total de cerca de 200 mil euros.

Elucidou que há já empreitadas a decorrer e outras em processo de adjudicação, que totalizam 800 mil euros, ou seja, cerca de 1 milhão de euros neste momento.

Informou que foi submetida à CIMBSE uma proposta de criação de 89 fogos para arrendamento acessível, que implica um investimento de cerca de 10 milhões de euros que não se encontrava previsto na ELH, estando presentemente a ser integrado.

Salientou que, para a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário - a que se candidataram e cuja candidatura foi aprovada - já estavam a decorrer concursos, alguns em fase de contratação de empreitada e outros cujos prazos dos concursos de projeto estavam a decorrer.

Concluiu a sua intervenção, referindo que o Município da Covilhã é ímpar em termos de parque habitacional público municipal, algo que, tal como o Senhor Presidente já tinha referido, foi algo de positivo deixado pelos seus antecessores, mas que é também uma realidade muito complexa de gerir, afirmando que lhe causava “tristeza, ouvir alguém dizer que se devia evitar vir aqui alguém a colocar um caso pessoal. Democracia é, efetivamente, o enquadramento para que as

peessoas venham às reuniões de Câmara públicas colocar os seus problemas e casos. Mas causa-me tristeza que se diga que se deveria trabalhar antes para que não viessem aqui. O trabalho a fazer é feito e é feito todos os dias em relação a muitos casos e a muitas pessoas.”

Seguidamente, foi concedida a palavra ao Senhor Vice-Presidente, José Armando Serra dos Reis que após os cumprimentos, apresentou um Voto de Parabéns, Reconhecimento e Agradecimento à Academia Portuguesa de Fibromialgia - Síndrome de Sensibilidade Central e Dor Crónica -Centro Pedagógico Documental, do seguinte teor:

“A Câmara Municipal da Covilhã na sua reunião pública de 21/07/2023 delibera:

- 1. Aprovar um voto de parabéns aos primeiros corpos sociais da Academia Portuguesa de Fibromialgia - Síndrome de Sensibilidade Central e Dor Crónica, Centro Pedagógico Documental, que tomaram posse no passado dia 16/07/2023;*
- 2. Aprovar igualmente um voto de reconhecimento e agradecimento à comissão instaladora e todo o grupo de trabalho, que durante ano e meio trabalharam para tornarem possível a criação desta academia a quem se deseja sucesso no trabalho destinado a minorar os efeitos nefastos desta doença que já atinge algumas centenas de pessoas no nosso País;*
- 3. Manifestar a mais profunda gratidão à Mutualista Covilhanense que disponibilizou instalações para a sede da academia, ao Centro Hospitalar Cova da Beira pelo apoio em recursos humanos e equipamentos de saúde e a todos os investigadores científicos que se dedicam ao estudo das origens e às formas de tratamento desta doença;*
- 4. A nossa gratidão vai igualmente para a academia por ter escolhido a Covilhã para sua sede;*
- 5. Finalmente manifestar todo o apoio ao funcionamento da academia no nosso território, dando realce ao lema COVILHÃ CIDADE COM A FIBROMIALGIA.*

Covilhã, 21 de julho de 2023”

- Posto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade

Retomando a palavra fez a seguinte intervenção:

“Sendo esta, muito provavelmente, das últimas reuniões, antes do período de férias, permitam-me que saúde a senhora Vereadora e a sua Equipa Técnica da ELH Estratégia Local de Habitação da Covilhã e dar-lhe os parabéns pelo excelente trabalho que estão a desenvolver. São 20 000 000 de euros e várias dezenas de habitações a requalificar e a construir até 2026. É o nosso contributo para o programa nacional “Mais Habitação”. A ELH e a Carta Municipal de Habitação estão definidas do ponto de vista estratégico, metodológico e pragmatismo de execução.

As políticas públicas são determinantes no desenvolvimento dos territórios e no nosso concelho, as políticas municipais têm sido e são fundamentais para que a Covilhã esteja, neste momento, com índices e níveis de investimento como nunca dantes vistos. Claro que não vos quero deixar apenas pela retórica e por isso vou apresentar-vos uma síntese do investimento privado no nosso Concelho. Não se trata de uma súmula exaustiva, mas a amostra é suficientemente explícita para provar que a Covilhã está na moda e é hoje um concelho atrativo para os investidores.

Não vou falar dos empreendimentos que já têm licença de utilização e, como tal, estão em funcionamento. Vou discernir sobre o investimento privado, presente e futuro, no Concelho da Covilhã, nos seguintes setores de atividade:

1 – SAÚDE

Caminhamos a passos largos para que a Covilhã se torne no maior Cluster da Saúde do Interior e deste modo, além de um excelente hospital público, temos várias clínicas privadas com destaque para a Clínica da Luz.

- Já está devidamente licenciado, proc. 60/22 e em marcha o Hospital Privado, com ERPI, no CITEVE, 30 109 098,50 €

- - Tem PIP aprovado o Hospital da CUF, 40 574 343,20€

INVESTIMENTO PARCIAL - 70 683 441,70€

2 – ECONOMIA SOCIAL / IPSS:

Temos uma das maiores redes de cobertura a nível nacional e estamos a dar contributo decisivo para elevar a quantidade e a qualidade. Esta semana foram assinados, a nível nacional, 11 contratos de financiamento do PRR, para IPSS, 4 são do concelho da Covilhã, num investimento total de 2 885 000€:

- Cerzir Afetos, Boidobra - proc. 167/20 - 407 030,70€

- Centro Social e Comunitário do Peso – proc. 166/20 - 927 973,79€

- Centro S.N. Sr.ª da Conceição, Vila do Carvalho – Proc. 124/89 - 932 542,74€

- Centro Social e Cultural de Verdelhos – proc. 189/14 - 617 903,00€

INVESTIMENTO PARCIAL - 2 885 000,00€

3 – COMÉRCIO E SERVIÇOS

Processos:

- 550 – Posto de Abastecimento de gasolina, Alameda Europa - 200 000,00 €

- 137/22 – Retail Park/ City Center da Covilhã, Alameda Pêro da Covilhã - 15 825 063,70€

- 72/22 – Edifícios de Comércio e Serviços - 5 000 000€

- 185/21 – Edifícios de Comércio e Serviços, rua Mahatma Gandhi - 1 354 287,00€

INVESTIMENTO PARCIAL - 17 379 890,70€

4 – HABITAÇÃO

Processos:

- 95/17 – Construção 5 fogos – Tortosendo - 520 828,00€

- 130/22 – Construção 98 fogos e 4 serviços – Covilhã - 6 335 531,28€

- 14/22 – Construção 20 fogos – Covilhã - 1 652 681,28€

- 147/18 – Construção 2 fogos – Tortosendo - 208 704,25€

- 20/23 – Construção 17 fogos e 1 serviço – Covilhã - 1 073 810,08€

- 126/22 – Construção 32 fogos – Covilhã - 00€

- 72/22 – Construção 88 fogos – Covilhã - 10 000 000,00€

- 547 – Loteamento de 16 lotes para 16 fogos – Canhoso - 00€
 - 555 – Loteamento de 33 lotes para 37 fogos – Covilhã - 00€
 - 545 – Loteamento de 15 lotes para 15 fogos – Tortosendo - 00€
 - 544 – Loteamento de 4 lotes para 98 fogos – Covilhã - 190 495,68€
 - 543 – Loteamento de 37 lotes para 256 fogos e 4 serviços – Covilhã - 1 475 650,00€
 - 13/23 – Construção 32 fogos – Covilhã - 1 594 946,64€
 - 333/06 – Construção 29 fogos – Covilhã 00€
 - 129/11 – Construção 54 fogos e 8 serviços – Covilhã - 4 237 367,22€
 - 100/22 – Construção 24 fogos e 3 serviços – Covilhã - 2 426 639,36€
 - 108/22 – Construção multifamiliar – Covilhã - 217 304,32€
 - 51282 – Construção 19 fogos – Covilhã - 823 647,36€
 - 136/03 – Construção 11 loft's – Covilhã - 847 798,72€
 - 130/19 – Edifício Residência para Estudantes – Covilhã - 1 070 273,25€
 - 146/21 – Construção 6 fogos – Covilhã - 772 417,18€
 - 350/96 – Construção 6 fogos – Cantar Galo - 216 423,80€
 - 51/19 – Construção 5 fogos – Covilhã - 641 200,00€
 - 156/22 – Construção 8 fogos – Teixoso - 510 300,16€
 - 157/22 – Construção 8 fogos – Teixoso - 510 300,16€
 - 47/22 – Construção 22 fogos – Covilhã - 2 259 865,60€
 - 25/22 – Construção 10 fogos – Teixoso - 1 022 800,38€
 - 75/22 – Construção 3 fogos – Boidobra - 412 518,14€
 - 128/22 – Construção 8 fogos – Teixoso - 736 526,33€
 - 50/23 – Construção 16 fogos – Covilhã - 1 261 854,52€
 - 171/20 – Construção 19 fogos – Covilhã - 290 353,80€
 - 84/20 – Construção 8 fogos e 2 serviços – Covilhã - 148 620,13€
 - 164/21 – Construção 8 fogos – Covilhã - 836 596,00€
 - 46551 – Construção 87 fogos – Covilhã - 1 273 062,30€
 - 230/02 – Construção 8 fogos – Boidobra - 272 750,00€
 - 69/19 – Construção 15 fogos – Covilhã - 648 574,50€
 - 97/18 – Reconstrução 3 fogos – Covilhã - 53 038,00€
- INVESTIMENTO PARCIAL - 44 542 928,40€

5 – INDÚSTRIA

Processos:

- 576/87 – Construção ETAR, Ponte Pedrinha - Ferro - 245 464,80€
- 208/15 – Remodelação/ampliação Unidade Fabril, Boidobra - 328 689,00€



- 08/19 – Construção e instalação Central Solar, Quinta Branca - 10 883 730,00€

- 23/17 – Conclusão Edifício Industrial, ZIC - 00€

- 194/17 – Construção Pavilhão Industrial, ZIT - 150 000,00€

- 103/22 – Construção Pavilhão Industrial, ZIT - 329 122,56€

INVESTIMENTO PARCIAL - 11 937 006,40€

6 – TURISMO

Processos:

- 132/22 – Turismo Rural Quinta das Rasas – Ferro - 589 335,00€

- 41/22 – Agroturismo Quinta de Álvares – Ferro - 00€

- 231/16 – Cherry Delight House, Lda. - 1 100 589,00€

- 135/17 – Hostel Estrada Paul-Ourondo - 227 599,00€

- 137/22 – BB Hotel 3*Alamedas Pêro da Covilhã e Europa - 5 000 000,00€

- xx/xx – Hotel Sana Evolution Alamedas Pêro da Covilhã e Europa - 25 000 000,00€

INVESTIMENTO PARCIAL - 30 227 599,00€

INVESTIMENTO TOTAL - 179 345 790,00€

O Senhor Vereador Jorge Humberto Martins Simões interrompeu para afirmar que a Covilhã perdeu “400 e tal hectares de área urbana”, necessários para a implementação de novos projetos.

Respondendo, o Senhor Vice-Presidente, José Armando Serra dos Reis, disse: “O Senhor Vereador, com a profissão que tem, confunde a estrada da beira com a beira da estrada. Está a comparar o Município da Covilhã, que tem um PUGC da Grande Covilhã, com outro município que nem sequer tem um plano de urbanização.

Qual é o seu argumento técnico ou científico para dizer que perdemos essa área e qual a Lei que diz que passaram para rústicos?

O documento foi para discussão pública, fizemos uma discussão pública participadíssima, estamos a fazer o relatório de ponderação e a preparar a nossa defesa para quando houver a reunião com a CCDR, e aí ter-se-á o resultado final.

Eu sei que incomoda dizer que estão quase 200 milhões de euros de investimento privado a correr neste Município. Eu sei que incomoda.

O Senhor esquece que estamos a rever o PDM, onde vamos ganhar solos urbanos em todas as freguesias.”

Solicitou o uso da palavra o Senhor Vereador Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva para esclarecer que nunca puseram em causa o trabalho dos serviços da Câmara Municipal, antes pelo contrário, referindo que, contudo, não gostavam de ver aqui pessoas a colocar problemas que se arrastam há anos.

Usou da palavra o Senhor Presidente para esclarecer que a intervenção do público nas reuniões de Câmara existe para isso.

Concedida, novamente, a palavra o Senhor Vereador José Miguel Ribeiro Oliveira, apresentou Votos de Louvor ao atleta Afonso Fernandes, que se sagrou campeão Nacional e ganhou recentemente a medalha de bronze no Troféu Ibérico sub-18; e aos atletas do Penta Clube da Covilhã, Rodrigues Pepe e Carlos Ruano, pelos resultados obtidos. Colocados à votação, os votos de louvor foram aprovados por unanimidade.

Acrescentou ainda, por entender ser necessário enquadrar algumas divergências de opiniões entre a maioria e a oposição, que “também já estive na oposição na Assembleia Municipal e sempre me tentei pautar por atitudes de coerência. A verdade é que quando nós assistimos a anúncios de investimentos, a realizações grandes na Covilhã e a coisas boas para a nossa Cidade, ficamos triste quando a oposição não se refere a elas ou não as destaca da mesma maneira como destaca investimentos em concelhos vizinhos. Isso demonstra algo que, na minha opinião, não devia existir.”

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Câmara passou ao Período da Ordem do Dia.

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. AGENDA

Foi proposto pelos serviços ao Senhor Presidente da Câmara as seguintes alterações, que foram autorizadas pelo órgão:

- **Alterar** o posicionamento do ponto 3 da alínea a) do 5.4 – Departamento de Educação, Cultura, Ação Social e Desporto, referente à Habitação Social - “Anulação” – para o ponto 1 da mesma alínea, renumerando os pontos seguintes agendados nesse Departamento;
- **Retirar** o assunto contido na alínea e) do 5.4. – Departamento de Educação, Cultura, Ação Social e Desporto, denominado por “Minutas de Protocolos de Apoio com Juntas de Freguesia – Serviço de refeições escolares – Ano Letivo 2023/24”, por se ter verificado que o procedimento adotado pelos serviços competentes, nesta matéria, não carece de deliberação por parte da Câmara Municipal.

2. APROVAÇÃO DE ATAS

Não houve atas para aprovação.

3. BALANCETE

Presente o balancete do dia de ontem, documento que fica apenso à ata, que apresenta os seguintes valores:

. **Total de Disponibilidades: 17.068.496,39 €** (dezassete milhões, sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e seis euros e trinta e nove cêntimos).

. **Dotações Orçamentais: 15.271.756,74 €** (quinze milhões, duzentos e setenta e um mil, setecentos e cinquenta e seis euros e setenta e quatro cêntimos).

. **Dotações não Orçamentais: 1.796.739,65 €** (um milhão, setecentos e noventa e seis mil, setecentos e trinta e nove euros e sessenta e cinco cêntimos).

4. DESPACHOS

Não houve despachos para a aprovação/ratificação.



5. DEPARTAMENTOS

5.1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E COORDENAÇÃO JURÍDICA

a) **Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Universidade da Beira Interior – Reunião número 100 do Comité JPEG**

Presente informação dos serviços, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/12907, propondo a aprovação da minuta e celebração do Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Universidade da Beira Interior.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

O Senhor Vereador José Miguel Ribeiro Oliveira apresentou um Voto de Congratulação ao Prof. António Pinheiro, destacando a importância desta reunião número 100, uma vez que coloca a nossa Cidade e Universidade no mapa Mundial.

A Câmara deliberou aprovar, nos termos da minuta, a celebração do Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Universidade da Beira Interior, através da atribuição de uma participação financeira no montante global de € 1.500,00 (mil euros e quinhentos euros), para apoio na realização da reunião número 100 do Comité JPEG, apoiando ainda com a cedência do autocarro da Câmara Municipal da Covilhã para os dias solicitados e com a entrega de sacos com publicidade institucional.

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mediante apresentação de requerimento próprio de pedido de pagamento, onde serão mencionados os documentos de despesa comprovativos.

b) **Transferência de propriedade plena do prédio, sito na Barroca Grande, inscrito na matriz predial urbana com o artigo 330 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 89 da Aldeia de S. Francisco de Assis para o Município da Covilhã – Aceitação da Doação**

Presente informação I-CMC/2023/1470 do Serviço de Registos, Seguros e Património Municipal datada de 05.07.2023, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/17677, propondo a aceitação da transferência de propriedade plena do prédio sito na Barroca Grande, inscrito na matriz predial urbana com o artigo 330 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 89 da Aldeia de S. Francisco de Assis para o Município da Covilhã.



Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

No âmbito do protocolo de cedência de instalações do antigo edifício do Refeitório dos Mineiros, em regime de comodato e a título gratuito, celebrado com a empresa Beralt Tin Wolfram (Portugal) S.A em 28.09.2018, por um período de 5 anos, para a instalação do Centro Interpretativo Mineiro, a Câmara deliberou aceitar a transferência de propriedade plena do prédio sito na Barroca Grande, inscrito na matriz predial urbana com o artigo 330 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 89 da Aldeia de S. Francisco de Assis, para o Município da Covilhã através de escritura pública ou documento particular autenticado de doação a celebrar com a empresa Beralt Tin Wolfram (Portugal) S.A.

- c) Minuta de Protocolo de Cedência entre o Município da Covilhã e a Derivadas & Segmentos, S.A. – instalação de um ponto de presença - «point of presence» ou «POP»

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/6328, propondo a aprovação da minuta e celebração do Protocolo de Cedência entre o Município da Covilhã e a Derivadas & Segmentos, S.A.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou aprovar, com a abstenção dos Senhores Vereadores Jorge Humberto Martins Simões, Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva e Marta Maria Tomaz Morais Alçada Bom Jesus e nos termos da minuta, a celebração do Protocolo de Cedência entre o Município da Covilhã e a Derivadas & Segmentos, S.A. para o gozo temporário da área demarcada em anexo do imóvel sito em Ladeiro do Porto, Freguesia do Dominguito, Concelho da Covilhã, descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o n.º 264 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo matricial urbano n.º 874-P, para instalação de um POP ou «point of presence» com a duração de 20 (vinte) anos a contar da data da sua assinatura, renovando-se automaticamente por um único período de 10 (dez) anos, salvo se qualquer uma das partes se opuser à renovação com, pelo menos, 1 (um) ano de antecedência relativamente à data em que ocorreria a renovação.

- d) Ata de Abertura de Propostas, Negociação e Proposta de Adjudicação e respetivo Contrato de Locação do Estabelecimento: Bar do Miradouro da Rua Marquês D'Ávila e Bolama para o período de 2023 a 2028

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/5550, propondo a homologação da Ata de Abertura de Propostas e a

aprovação da adjudicação da Locação do Estabelecimento Comercial Bar do Miradouro da Rua Marquês D'Ávila e Bolama para o período de 2023 a 2028, com o único concorrente, Ana Catarina Fernandes Ramos.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais arquivados em pasta própria existente para ao efeito.

A Câmara deliberou homologar a Ata de Abertura de Propostas e aprovar a adjudicação da Locação do Estabelecimento Comercial Bar do Miradouro da Rua Marquês D'Ávila e Bolama, nos termos do contrato, para o período de 2023 a 2028, com o único concorrente, Ana Catarina Fernandes Ramos, sendo a locação do estabelecimento comercial feita pelo valor mensal de € 350,00 (trezentos e cinquenta euros), acrescido de IVA.

e) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Barco e Coutada – Construção do Centro Interpretativo do Azeite

Presente informação dos serviços, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/13499, propondo a aprovação da minuta e celebração do Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Barco e Coutada.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou aprovar, nos termos da minuta, a celebração do Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Barco e Coutada, através da atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de € 47.878,91 (quarenta e sete mil, oitocentos e setenta e oito euros e noventa e um cêntimos), para apoio na construção do Centro Interpretativo do Azeite.

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mediante apresentação de requerimento próprio de pedido de pagamento, onde serão mencionados os documentos de despesa comprovativos.

f) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Barco e Coutada – Ampliação do Cemitério do Barco

Presente informação dos serviços, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2022/24656, propondo a aprovação da minuta e celebração do Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Barco e Coutada.



Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou aprovar, nos termos da minuta, a celebração do Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Barco e Coutada, através da atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de € 135.179,35 (cento e trinta e cinco mil, cento e setenta e nove euros e trinta e cinco cêntimos) + IVA, para apoio na realização das obras de Ampliação do Cemitério do Barco.

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mediante apresentação de requerimento próprio de pedido de pagamento, onde serão mencionados os documentos de despesa comprovativos.

g) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia do Paul - Realização de obras no Parque Urbano do Paul

Presente informação dos serviços, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/11040, propondo a aprovação da minuta e celebração do Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia do Paul.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou aprovar, nos termos da minuta, a celebração do Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia do Paul, através da atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de € 85.400,00 (oitenta e cinco mil e quatrocentos euros) + IVA, para apoio na realização de obras no Parque Urbano do Paul.

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mediante apresentação de requerimento próprio de pedido de pagamento, onde serão mencionados os documentos de despesa comprovativos.

h) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Unhais da Serra – Realização das suas Atividades

Presente informação dos serviços, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2022/32820, propondo a aprovação da minuta e celebração do Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Unhais da Serra.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

 025

A Câmara deliberou aprovar, nos termos da minuta, a celebração do Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Unhais da Serra, através da atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de € 32.000,00 (trinta e dois mil euros), para apoio na realização das suas atividades em investimentos na zona balnear.

Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação de requerimento próprio de pedido de pagamento, onde serão mencionados os documentos de despesa comprovativos.

- i) **Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Cortes do Meio - no âmbito da candidatura à Operação 10.2.1.6 - Renovação de Aldeias promovida pelo PDR2020, do projeto "A rota pedestre homologada PR17 CVL - Rota das Pontes"**

Presente informação dos serviços, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2022/12850, propondo a aprovação da minuta e celebração do Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Cortes do Meio.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou aprovar, nos termos da minuta, a celebração do Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Cortes do Meio, através da atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de € 10.012,00 (dez mil e doze euros), no âmbito da candidatura à Operação 10.2.1.6 - Renovação de Aldeias promovida pelo PDR2020, do projeto "A rota pedestre homologada PR17 CVL - Rota das Pontes".

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mediante apresentação de requerimento próprio de pedido de pagamento, onde serão mencionados os documentos de despesa comprovativos.

- j) **Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto para Execução/Reconstrução de Muros de Suporte**

Presente informação dos serviços, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/13906, propondo a aprovação da minuta e celebração do Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.



A Câmara deliberou aprovar, nos termos da minuta, a celebração do Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia de Souto, através da atribuição de uma comparticipação financeira, para execução/reconstrução de muros de suporte, concretamente:

- Quanto à Rua da Pedra Redonda, de 11.930,34€ (onze mil, novecentos e trinta euros e trinta e quatro centavos) acrescido de IVA;
- Quanto à Rua do Campo da Bola, de 19.773,87€ (dezanove mil, setecentos e setenta e três euros e oitenta e sete centavos) acrescido de IVA.

Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação de requerimento próprio de pedido de pagamento, onde serão mencionados os documentos de despesa comprovativos.

k) Toponímia

1. Freguesia do Ferro

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/18863 do Serviço de Toponímia e Parecer da Comissão de Toponímia que, na sequência do pedido formulado pela Junta de Freguesia do Ferro, propõe a atribuição de topónimo na citada freguesia.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção dos Senhores Vereadores Jorge Humberto Martins Simões, Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva e Marta Maria Tomaz Morais Alçada Bom Jesus, com base na informação dos serviços, do parecer da Comissão de Toponímia e ao abrigo do disposto nas alíneas *ss)* e *tt)* do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o seguinte topónimo na Freguesia do Ferro:

- Beco Vale Sardinha – troço viário sem saída com início na Rua Vale Sardinha | Coordenadas: [59708;64067] Datum 73 / Modified Portuguese Grid

Mais deliberou encarregar os respetivos serviços de diligenciar pela comunicação às entidades e serviços competentes.



2. Freguesia de Verdelhos

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/18862 do Serviço de Toponímia e Parecer da Comissão de Toponímia que, na sequência do pedido formulado pela Junta de Freguesia de Verdelhos, propõe a atribuição de topónimo na citada freguesia.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção dos Senhores Vereadores Jorge Humberto Martins Simões, Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva e Marta Maria Tomaz Morais Alçada Bom Jesus, com base na informação dos serviços, do parecer da Comissão de Toponímia e ao abrigo do disposto nas alíneas ss) e tt) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o seguinte topónimo na Freguesia de Verdelhos:

- Caminho Horta da Pedreira – troço viário com início no entroncamento da Rua da Pedreira com a 1.ª Travessa da Pedreira e fim no CM 1517 | Coordenadas [56132;78735] Datum 73 / Modified Portuguese Grid

Mais deliberou encarregar os respetivos serviços de diligenciar pela comunicação às entidades e serviços competentes.

3. União de Freguesias de Peso e Vales do Rio

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/18860 do Serviço de Toponímia e Parecer da Comissão de Toponímia que, na sequência do pedido formulado pela União de Freguesias de Peso e Vales do Rio, propõe a atribuição de dois topónimos na localidade de Peso.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção dos Senhores Vereadores Jorge Humberto Martins Simões, Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva e Marta Maria Tomaz Morais Alçada Bom Jesus, com base na informação dos serviços, do parecer da Comissão de Toponímia e ao abrigo do disposto nas alíneas ss) e tt) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro, aprovar os seguintes topónimos na localidade de Peso – União de Freguesias de Peso e Vales do Rio:

- **Beco da Tapada – troço viário sem saída com início na Rua da Tapada | Coordenadas: [59708;64067] Datum 73 / Modified Portuguese Grid**
- **Travessa Rua da Tapada – troço viário sem saída com início na Rua da Tapada | Coordenadas: [49065 ; 58538]Datum 73 / Modified Portuguese Grid**

Mais deliberou encarregar os respetivos serviços de diligenciar pela comunicação às entidades e serviços competentes.

4. União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/18861 do Serviço de Toponímia e Parecer da Comissão de Toponímia que, na sequência do pedido formulado pela União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo, propõe a atribuição de topónimo na localidade de Teixoso.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção dos Senhores Vereadores Jorge Humberto Martins Simões, Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva e Marta Maria Tomaz Morais Alçada Bom Jesus, com base na informação dos serviços, do parecer da Comissão de Toponímia e ao abrigo do disposto nas alíneas ss) e tt) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o seguinte topónimo na localidade de Teixoso – União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo:

- **Beco Quinta do Pinheiro – troço viário sem saída com início no Caminho da Boavista | Coordenadas: [57702; 71652] Datum 73 / Modified Portuguese Grid**

Mais deliberou encarregar os respetivos serviços de diligenciar pela comunicação às entidades e serviços competentes.

5.2. DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**a) Concurso Público para a Empreitada de Obras de Construção de Edifício Multifamiliar na Rua Comendador Gomes Correia, n.º 39 a 65 – Lista de Erros e Omissões**

Presente despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 14.07.2023, exarado na informação técnica constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/18811, no qual aprova a resposta a dar relativamente à Lista de Erros e Omissões do Concurso Público para a Empreitada de Obras de Construção de Edifício Multifamiliar na Rua Comendador Gomes Correia, n.º 39 a 65, para conhecimento do Executivo Municipal.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara tomou conhecimento da resposta a dar relativamente à Lista de Erros e Omissões do Concurso Público para a Empreitada de Obras de Construção de Edifício Multifamiliar na Rua Comendador Gomes Correia, n.º 39 a 65.

b) Confeção, Transporte e Distribuição das Refeições Escolares e Serviço de Refeitório nos Estabelecimentos do Ensino Pré-Escolar dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário do Município da Covilhã – Pedido de Esclarecimentos

Presente despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 22.05.2023, exarado na informação técnica constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/18683, no qual aprova a resposta a dar relativamente a Esclarecimentos do Concurso Público, com carácter internacional, para a Confeção, Transporte e Distribuição das Refeições Escolares e Serviço de Refeitório nos Estabelecimentos do Ensino Pré-Escolar dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário do Município da Covilhã, para conhecimento do Executivo Municipal.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara tomou conhecimento da resposta a dar relativamente a Esclarecimentos do Concurso Público, com carácter internacional, para a Confeção, Transporte e Distribuição das Refeições Escolares e Serviço de Refeitório nos Estabelecimentos do Ensino Pré-Escolar dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário do Município da Covilhã.



c) Empreitada de Obras do Centro Interpretativo Mineiro – Adjudicação

Presente despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara em 19.06.2023, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/18674, no qual determina a homologação da ata do relatório preliminar e ata do relatório final de análise de propostas e, por conseguinte, a adjudicação da Empreitada de Obras do Centro Interpretativo Mineiro, para conhecimento do Executivo Municipal.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara tomou conhecimento da homologação da ata do relatório preliminar e da ata do relatório final de análise de propostas e, por conseguinte, da adjudicação da Empreitada de Obras do Centro Interpretativo Mineiro ao concorrente César Araújo Marcelino & Teresa, Lda., pelo valor da sua proposta €376.495,71 (trezentos e setenta e seis mil, quatrocentos e noventa e cinco euros e setenta e um cêntimos), acrescido de IVA, um prazo de execução de 240 dias, da aprovação da minuta do contrato e da nomeação de funcionário para gestor do contrato.

d) Concurso Público para a Empreitada de Obras de Requalificação de Pavimentos da EX EN343-1 desde o Cruzamento com a EN230 e a Ponte da Vila do Paúl

Presente despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara em 30.06.2023, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/18675, no qual determina a homologação da ata do relatório preliminar e da ata do relatório final de análise de propostas e, por conseguinte, a adjudicação da Empreitada de Obras de Requalificação de Pavimentos da EX EN343-1 desde o Cruzamento com a EN230 e a Ponte da Vila do Paúl, para conhecimento do Executivo Municipal.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara tomou conhecimento da homologação da ata do relatório preliminar e da ata do relatório final de análise de propostas e, por conseguinte, da adjudicação da Empreitada de Obras de Requalificação de Pavimentos da EX EN343-1 desde o Cruzamento com a EN230 e a Ponte da Vila do Paúl ao concorrente Diamantino Jorge & Filho, Lda., pelo valor da sua proposta €488.403,01 (quatrocentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e três euros e um cêntimo), acrescido de IVA, um prazo de execução de 90 dias, da aprovação da minuta do contrato e da nomeação de funcionário para gestor do contrato.



e) Concurso Público para a Empreitada de Obras de Requalificação da EM511 – Troço compreendido entre o Cruzamento com a EM512 (Ourondo) e a Povoação de Casegas – Adjudicação

Presente despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara em 06.07.2023, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/18676, no qual determina a homologação da ata do relatório preliminar e da ata do relatório final de análise de propostas e, por conseguinte, a adjudicação da Empreitada de Obras de Requalificação da EM511 – Troço compreendido entre o Cruzamento com a EM512 (Ourondo) e a Povoação de Casegas, para conhecimento do Executivo Municipal.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara tomou conhecimento da homologação da ata do relatório preliminar e da ata do relatório final de análise de propostas e, por conseguinte, da adjudicação da Empreitada de Obras de Requalificação da EM511 – Troço compreendido entre o Cruzamento com a EM512 (Ourondo) e a Povoação de Casegas ao concorrente Diamantino Jorge & Filho, Lda., pelo valor da sua proposta €492.644,38 (quatrocentos e noventa e dois mil, seiscentos e quarenta e quatro euros e trinta e oito centimos), acrescido de IVA, um prazo de execução de 240 dias, da aprovação da minuta do contrato e da nomeação de funcionário para gestor do contrato.

f) Concurso Público para a Empreitada denominada “Construção de Edifício Multifamiliar na Rua Comendador Gomes Correia, n.º 39 a 65” – Abertura de Procedimento

Presente despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara em 05.07.2023, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/18677, no qual determina a aprovação das peças do procedimento e abertura do concurso/procedimento da Empreitada denominada “Construção de Edifício Multifamiliar na Rua Comendador Gomes Correia, n.º 39 a 65”, para ratificação.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou ratificar o despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara em 05.07.2023 no qual determina a aprovação das peças do procedimento e abertura do concurso/procedimento da Empreitada denominada “Construção de Edifício Multifamiliar na Rua Comendador Gomes Correia, n.º 39 a 65”.

5.3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO**a) PAESC – Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima – Abertura do Período de Consulta Pública**

Presente informação I-CMC/2023/1526 e despacho do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, constantes da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/18603, propondo a tomada de conhecimento da proposta do PAESC – Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima, a abertura de um período de consulta pública e que se promova uma sessão de apresentação/esclarecimentos.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara tomou conhecimento da proposta do PAESC – Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima e deliberou determinar a abertura de um período de consulta pública, com a duração de 30 dias úteis, para apresentação de reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimentos.

Deliberou ainda que, no decorrer do período de Consulta Pública, se promova uma sessão de apresentação/esclarecimentos, em data e local a anunciar através de Edital e no Sítio da Internet do Município.

b) Trabalhos Complementares da Empreitada da Obra de Requalificação da EB 2/3 do Teixoso

Presente informação do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/16580, propondo a adjudicação de trabalhos complementares da empreitada supra.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção dos Senhores Vereadores Jorge Humberto Martins Simões, Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva e Marta Maria Tomaz Morais Alçada Bom Jesus, e nos termos da proposta, aprovar a adjudicação dos Trabalhos Complementares do Contrato da Empreitada da Obra de Requalificação da EB 2/3 do Teixoso, no valor de 14.563,62 € + IVA, trabalhos que constam da proposta da Fiscalização e que são identificados no mapa de quantidades de trabalho.

Deliberou ainda autorizar a prorrogação do prazo contratual em 30 dias.



c) Trabalhos Complementares da Empreitada de Obras de Requalificação Urbana do Espaço Público na Avenida Frei Heitor Pinto e Estrada do Sineiro, Covilhã

Presente informação do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/18630, propondo a adjudicação de trabalhos complementares da empreitada supra.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção dos Senhores Vereadores Jorge Humberto Martins Simões, Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva e Marta Maria Tomaz Morais Alçada Bom Jesus, e nos termos da proposta, aprovar a adjudicação dos Trabalhos Complementares do Contrato da Empreitada de Obras de Requalificação Urbana do Espaço Público na Avenida Frei Heitor Pinto e Estrada do Sineiro, Covilhã, no valor de 25.559,05 € + IVA, trabalhos que constam da proposta da Fiscalização e que são identificados no mapa de quantidades de trabalho, sem incluir prorrogação do prazo de execução contratual.

d) Revisão de Preços:

1. Empreitada de obras de "alteração e conservação do sistema de drenagem de águas pluviais da cobertura do edifício da Câmara Municipal da Covilhã"

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/17281, propondo a aprovação do cálculo provisório n.º 1 de revisão ordinária de preços da empreitada supra.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção dos Senhores Vereadores Jorge Humberto Martins Simões, Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva e Marta Maria Tomaz Morais Alçada Bom Jesus, aprovar o cálculo provisório n.º 1 de revisão ordinária de preços da Empreitada de obras de "alteração e conservação do sistema de drenagem de águas pluviais da cobertura do edifício da Câmara Municipal da Covilhã", tendo por base o modelo contratualmente estabelecido e o plano de pagamento aprovado e em vigor à data do cálculo, nos termos da proposta dos serviços, no valor de 1.348,65 € + IVA.



2. Empreitada de Requalificação dos Revestimentos do Anfiteatro Mártir-in-Colo

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/17432, propondo a aprovação do cálculo definitivo de revisão ordinária de preços da empreitada supra.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção dos Senhores Vereadores Jorge Humberto Martins Simões, Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva e Marta Maria Tomaz Morais Alçada Bom Jesus, aprovar o cálculo definitivo de revisão ordinária de preços da Empreitada das obras de Requalificação dos Revestimentos do Anfiteatro Mártir-in-Colo, tendo por base o modelo contratualmente estabelecido e o plano de pagamento aprovado e em vigor à data do cálculo, nos termos da proposta dos serviços, no valor de 914,17 € + IVA.

3. Empreitada de Obras de Reposição das Condições de Conservação, Segurança e Salubridade em Edifício na Travessa da Rua da Liberdade – Cantar Galo

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/17297, propondo a aprovação do cálculo provisório n.º 1 de revisão ordinária de preços da empreitada supra.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção dos Senhores Vereadores Jorge Humberto Martins Simões, Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva e Marta Maria Tomaz Morais Alçada Bom Jesus, aprovar o cálculo provisório n.º 1 de revisão ordinária de preços da Empreitada de Obras de Reposição das Condições de Conservação, Segurança e Salubridade em Edifício na Travessa da Rua da Liberdade – Cantar Galo, tendo por base o modelo contratualmente estabelecido e o plano de pagamento aprovado e em vigor à data do cálculo, nos termos da proposta dos serviços, no valor de 177,51 € + IVA.



4. *Empreitada de Obras de Reabilitação dos Edifícios do Bairro Social Quinta da Alâmpada do Lote 8 ao Lote 15 - 2.ª Fase*

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/16274, propondo a aprovação do cálculo definitivo de revisão ordinária de preços da empreitada supra.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou aprovar, com a abstenção dos Senhores Vereadores Jorge Humberto Martins Simões, Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva e Marta Maria Tomaz Morais Alçada Bom Jesus, o cálculo definitivo de revisão ordinária de preços da Empreitada das obras de Reabilitação dos Edifícios do Bairro Social Quinta da Alâmpada do Lote 8 ao Lote 15 – 2.ª Fase, tendo por base o modelo contratualmente estabelecido e o plano de pagamento aprovado e em vigor à data do cálculo, nos termos da proposta dos serviços, no valor de 268,08 € + IVA.

5. *Empreitada das obras de Reabilitação dos Edifícios do Bairro Social do Cabeço - Lote 10, 11 e 12*

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/14489, propondo a aprovação do cálculo de revisão extraordinária de preços da empreitada supra.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção dos Senhores Vereadores Jorge Humberto Martins Simões, Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva e Marta Maria Tomaz Morais Alçada Bom Jesus, aprovar o cálculo de revisão extraordinária de preços da Empreitada das obras de Reabilitação dos Edifícios do Bairro Social do Cabeço - Lote 10, 11 e 12, nos termos da proposta dos serviços, no valor de 35.380,07 € + IVA.

6. *Empreitada de Obras de Reconstrução de um Muro de Suporte sito no Caminho dos Moinhos – Covilhã*

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/18495, propondo a aprovação do cálculo provisório n.º 1 de revisão ordinária de preços da empreitada supra.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção dos Senhores Vereadores Jorge Humberto Martins Simões, Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva e Marta Maria Tomaz Morais Alçada Bom Jesus, aprovar o cálculo provisório n.º 1 de revisão ordinária de preços da Empreitada de Obras de Reconstrução de um Muro de Suporte sito no Caminho dos Moinhos – Covilhã, tendo por base o modelo contratualmente estabelecido e o plano de pagamento aprovado e em vigor à data do cálculo, nos termos da proposta dos serviços, no valor de 719,54 € + IVA.

e) Conta Final:

**1. *Empreitada de Requalificação dos Revestimentos do Anfiteatro Mártir-in-Colo*
EDOC/2023/17434**

Presente informação da Divisão de Obras e Planeamento, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental sob a referência EDOC/2023/17434, e conta final da Empreitada em apreço, onde se conclui poder ser aprovada e homologada pela Câmara Municipal.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção dos Senhores Vereadores Jorge Humberto Martins Simões, Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva e Marta Maria Tomaz Morais Alçada Bom Jesus, nos termos da informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, aprovar e homologar a conta final da Empreitada de Requalificação dos Revestimentos do Anfiteatro Mártir-in-Colo.

Handwritten signature in blue ink and a circular stamp with the number 037.

5.4. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E DESPORTO

a) Habitação Social:

1. Anulação

Presente informação da Divisão de Ação Social e Saúde, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/25623, propondo a anulação da atribuição de habitação municipal sita no Bairro do Cabeço, Bloco 5 – 21 B, 1.º Fte. no Tortosendo, aprovada em reunião de Câmara de 03.fevereiro.2023.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção dos Senhores Vereadores Jorge Humberto Martins Simões, Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva e Marta Maria Tomaz Morais Alçada Bom Jesus, nos termos da informação dos serviços e do despacho da Senhora Vereadora Maria Regina Gomes Gouveia, anular a atribuição da habitação municipal sita no Bairro do Cabeço, Bloco 5 – 21 B, 1.º Fte. no Tortosendo (T1).

Mais deliberou revogar a deliberação de Câmara de 03.fevereiro.2023 que atribuiu a citada habitação.

2. Atribuições

2.1. Presente informação I-CMC/2023/1533 da Divisão de Ação Social e Saúde, datada de 17.julho.2023, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/1308, propondo a atribuição de habitação municipal sita no Bairro do Cabeço, Bloco 5 – 21-B, 1.º Fte., Tortosendo, (T1).

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção dos Senhores Vereadores Jorge Humberto Martins Simões, Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva e Marta Maria Tomaz Morais Alçada Bom Jesus, nos termos da informação dos serviços e do despacho da Senhora Vereadora Maria

Regina Gomes Gouveia, atribuir a habitação municipal sita no Bairro do Cabeço, Bloco 5 – 21-B, 1.º Fte., Tortosendo, (T1).

Mais deliberou encarregar os serviços de celebrar o respetivo contrato e fixar o valor da renda de acordo com as regras pré-estabelecidas.

2.2. Presente informação I-CMC/2023/1535 da Divisão de Ação Social e Saúde, datada de 17.julho.2023, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/13966, propondo a atribuição de habitação municipal sita na Rua João Alves da Silva, n.º 8, R/chão Dto., Covilhã, (T1).

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção dos Senhores Vereadores Jorge Humberto Martins Simões, Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva e Marta Maria Tomaz Morais Alçada Bom Jesus, nos termos da informação dos serviços e do despacho da Senhora Vereadora Maria Regina Gomes Gouveia, atribuir a habitação municipal sita na Rua João Alves da Silva, n.º 8, R/chão Dto., Covilhã, (T1).

3. Permuta

Presente informação I-CMC/2023/1532 da Divisão de Ação Social e Saúde, datada de 17.julho.2023, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/5664, propondo a aprovação da permuta de habitação municipal.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção dos Senhores Vereadores Jorge Humberto Martins Simões, Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva e Marta Maria Tomaz Morais Alçada Bom Jesus, nos termos da informação dos serviços e do despacho da Senhora Vereadora Regina Gouveia, autorizar a permuta da habitação municipal sita no Bairro do Cabeço, Bloco 2 – 23 B, 1.º Dto. – Tortosendo (T2) para a habitação municipal sita Bairro do Cabeço, Bloco 18 – 13 C, 2.º Esq. – Tortosendo (T3).

b) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Unhais da Serra – Realização do Festival Serra da Estrela

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/12974, propondo para aprovação a minuta e celebração do Protocolo de Apoio a celebrar entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Unhais da Serra, tendo por objeto o apoio na realização do Festival Serra da Estrela.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, nos termos da minuta, aprovar a celebração do Protocolo de Apoio a celebrar entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Unhais da Serra, através da atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros), para apoio na realização do Festival Serra da Estrela.

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mediante apresentação de requerimento próprio de pedido de pagamento, onde serão mencionados os documentos de despesa comprovativos.

c) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Peraboa – Realização da Feira da Chavelha

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/12355, propondo para aprovação a minuta e celebração do Protocolo de Apoio a celebrar entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Peraboa, tendo por objeto o apoio na realização da Feira da Chavelha.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, nos termos da minuta, aprovar a celebração do Protocolo de Apoio a celebrar entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Peraboa, através da atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros), para apoio na realização da Feira da Chavelha.

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mediante apresentação de requerimento próprio de pedido de pagamento, onde serão mencionados os documentos de despesa comprovativos.



d) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia do Ferro – Realização da Feira da Cereja

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/10144, propondo para aprovação a minuta e celebração do Protocolo de Apoio a celebrar entre o Município da Covilhã e a Freguesia do Ferro, tendo por objeto o apoio na realização da Feira da Cereja.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, nos termos da minuta, aprovar a celebração do Protocolo de Apoio a celebrar entre o Município da Covilhã e a Freguesia do Ferro, através da atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros), para apoio na realização da Feira da Cereja.

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mediante apresentação de requerimento próprio de pedido de pagamento, onde serão mencionados os documentos de despesa comprovativos.

e) Minutas de Protocolos de Apoio com Juntas de Freguesia – Serviço de refeições escolares – Ano Letivo 2023/24

O presente assunto foi retirado da Ordem de Trabalhos.

f) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã – 41.º Concurso Nacional de Manobras de Bombeiros e do 40.º Concurso Nacional de Manobras para Cadetes

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/16530, propondo para aprovação a minuta e celebração do Protocolo de Apoio a celebrar entre o Município da Covilhã e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, tendo por objeto o apoio nas despesas associadas ao 41.º Concurso Nacional de Manobras de Bombeiros e ao 40.º Concurso Nacional de Manobras para Cadetes.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, nos termos da minuta, aprovar a celebração do Protocolo de Apoio a celebrar entre o Município da Covilhã e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários

da Covilhã, através da atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de 16.236,00 € (dezasseis mil e duzentos e trinta e seis euros), para apoio nas despesas associadas ao jantar concretizado no seguimento da realização do "41.º Concurso Nacional de Manobras de Bombeiros" e do "40.º Concurso Nacional de Manobras para Cadetes".

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mediante apresentação de requerimento próprio de pedido de pagamento, onde serão mencionados os documentos de despesa comprovativos.



5.5. DIVISÃO DE URBANISMO

a) Procedimento de atribuição de licença de utilização privativa do domínio público para pontos de carregamento de veículos elétricos de acesso público

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2023/19089, propondo a aprovação de procedimento a adotar para a atribuição de licenças de utilização privativa do domínio público para pontos de carregamento de veículos elétricos de acesso público, ao abrigo e nos termos do n.º 4 do artigo 2.º da Portaria n.º 222/2016, de 11 de agosto.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou aprovar, com a abstenção dos Senhores Vereadores Jorge Humberto Martins Simões, Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva e Marta Maria Tomaz Morais Alçada Bom Jesus e nos termos da informação dos serviços, o procedimento a adotar para a atribuição de licenças de utilização privativa do domínio público para pontos de carregamento de veículos elétricos de acesso público, ao abrigo e nos termos do n.º 4 do artigo 2.º da Portaria n.º 222/2016, de 11 de agosto.

Mais deliberou que a instalação de carregadores de veículos elétricos em via pública deva ser refletida no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e no Regulamento de Taxas que se encontram em fase de revisão.

**- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 11.º do Regimento da Câmara Municipal da Covilhã, concedeu a palavra aos seguintes intervenientes:

- **Senhor João Filipe Ramos Soares**, após os cumprimentos, disse que se encontrava novamente presente na reunião, face a terem passados 3 meses e o silo-auto do Sporting continuar encerrado, não tendo sido efetuadas quaisquer obras de beneficiação, pelo que solicitou que lhe fosse dada uma resposta concreta da razão de ainda não se ter dado início às mesmas e de quando decorreria a sua abertura ao público, aludindo também a chegada dos emigrantes, que se deparam com a falta de estacionamento.

Ainda relativamente aos silos, abordou os valores das avenças e argumentou que havia desigualdade de critérios em relação aos funcionários do Município, mencionando ainda a sua discordância por estarem limitados à escolha da avença "24 horas".

Alertou também para o encerramento das casas de banho públicas municipais, alegando que a população em geral usufrui das instalações sanitárias do Centro Comercial Sporting Shopping Center, algo que considera incorreto face aos custos que são imputados aos comerciantes.

O Senhor João Soares terminou a sua intervenção alertando novamente para o facto de ainda não se ter procedido à pintura da demarcação dos lugares de estacionamento e da via nos Sete capotes.

- **Senhor Francisco Antunes** referiu que, desde 2019, o muro de suporte do caminho público em Boidobra caiu para a sua propriedade e que, após diversos contactos com a Autarquia, designadamente com o Departamento de Obras, não obteve qualquer resposta, questionando para quando a resolução do assunto que lhe está a causar diversos inconvenientes.

- **Senhor Manuel António** apelou à Câmara para que procedesse ao alcatroamento do Caminho dos Moinhos, como tinha sido prometido.

- **Senhor José António Pinho** começou por questionar, sobre a mobilidade urbana, "qual foi a filosofia que esteve subjacente a este contrato? Era para beneficiar o privado ou o público?" Referiu que, na sua opinião, devia, em primeiro lugar, estar o interesse público e que devia haver muita sensibilidade humana para com a população idosa do concelho (cerca de 35%), aplicando-lhes a gratuidade nos transportes públicos, reforçando que tinham de existir prioridades e que estas deviam recair sobre as pessoas séniores e carenciadas que trabalharam toda a sua vida.

Questionou sobre os custos do período da duração do contrato, da criação da linha Covilhã-Torre, e da iniciativa - que considerou invulgar - das bicicletas, trotinetes e ciclovias.

Em relação ao tarifário do estacionamento à superfície e nos silo-auto, considerou que se estava a beneficiar a entidade privada, dando diversos exemplos, e afirmou que a gratuidade deveria



ser de uma hora, e não a meia hora prevista, por forma a beneficiar os comerciantes e o público em geral.

Terminou questionando se a marca Covilhã saiu lesada do negócio com a Altice, alertando que deviam verificar se as cláusulas do contrato foram cumpridas.

- **Senhor Alfredo Gouveia** apelou à Câmara que fosse reparado o Caminho das Escolas do Paúl, face ao seu estado de degradação.

- **Senhor José Vicente Figueira** solicitou à Câmara que providenciasse, celeremente, a atribuição de uma habitação social à qual se candidatou, pelo facto de não estar a viver em condições dignas.

- **Senhor Fernando Pereira** começou por realçar o número de comércio existentes no centro da cidade aquando do início da construção do silo-auto do município, que originou que os consumidores optassem por realizar compras noutros locais, devido à falta de estacionamento, prejudicando, no geral, todos os comerciantes, e que levou ao encerramento de cerca de 90% dos estabelecimentos.

Relembrou que, na altura, a concessionária Braga Parques, lhes concedeu a possibilidade de aquisição de talões de estacionamento que entregavam aos seus clientes, por um determinado tempo, situação que agora não está prevista com o novo concessionário, bem como as avenças “a preço convidativo” para os comerciantes, empregados, bancários, etc. no centro da cidade.

Apelou ao Senhor Presidente da Câmara para intervir junto da concessionária para que altere as condições de exploração, tanto dos silos como do estacionamento à superfície.

- **O Senhor Presidente** começou por referir que sabia que esta situação preocupa muitas pessoas e que os presentes eram meramente porta-vozes, referindo que, contudo, é também o ensejo para desfazer alguns mitos e prestar alguns esclarecimentos, dado que capeava alguma informação, uma por omissão e outra por má-fé, deturpando aquilo que existe ou que está menos bem (e até o que está bem) para dizer que está tudo mal e menos bem.

Continuou e elucidou que os três princípios basilares do contrato eram: a manutenção da cobertura dos transportes públicos dos últimos anos, isto é, a possibilidade de os cidadãos se deslocarem a um determinado sítio sem constrangimentos e com previsibilidade; o alargamento a outros raios de ação; e ainda o aumento da frequência de horários em sistema circular.

Esclareceu que não estavam na Câmara para beneficiar quaisquer privados, mas sim para beneficiar os covilhanenses, pelo que não admitia o que havia sido referido.

O Senhor Presidente lembrou todos os procedimentos no âmbito do concurso público internacional da concessão, salientando a cláusula 63 do contrato, para referir que os abrigos de passageiros iriam ser removidos para serem instalados outros, mais consentâneos com o nosso meio urbano e com a respetiva informação eletrónica, conforme previsto contratualmente.

Enalteceu a posição da União de Sindicatos de Castelo Branco pela postura irrepreensível aquando dos protestos pela reposição dos horários dos transportes públicos, que – como explicou

- foram alterados pela empresa concessionária à revelia do contrato e sem qualquer aviso prévio à população.

Retomando a abordagem à filosofia do contrato, aludiu também a manutenção, conservação e segurança dos funiculares e elevadores; as bicicletas e trotinetes, que são do agrado dos jovens e, neste sentido, lembrou que a Covilhã é uma cidade universitária; e ainda as ciclovias. Assegurou que, embora não existam coisas perfeitas, o que tiver que ser corrigido, assim será.

Quanto ao estacionamento à superfície e em subterrâneo, referiu que a sua expressão económica ou financeira é também um “mito” e que não houve aumento de preços, porque em 2019 foram congelados os preços dos transportes e dos tarifários, explicando que, se os preços tivessem sido sempre mantidos e atualizados de acordo com a inflação, não seriam estes, pelo que os preços vieram a ser repostos como se não tivesse havido pandemia e outras circunstâncias que os levaram a congelar.

Realçou a gratuidade dos 30 minutos nos silos, concedidos pela Câmara a benefício do comércio no centro da Cidade, afirmando que tinham toda a sensibilidade em relação às pessoas idosas, tanto que se mantinham os descontos que existiam para toda a gente, tendo inclusive ido mais longe no que respeita aos estudantes.

Evidenciou também que pretendem reafectar o valor do PART para reduzir o valor dos passes inter-urbanos, por considerar que é uma grande injustiça a diferenciação do valor no interior para o litoral, designadamente em Lisboa.

Relativamente aos silo-auto do Sporting, mencionou que a informação que tinha era de que a normalidade seria reposta durante o mês de agosto e que as obras não demorariam uma “eternidade”, referindo que compreendia os transtornos que a situação causa.

O Senhor Presidente concluiu assegurando que iriam ser muito exigentes, rigorosos e vigilantes em relação ao cumprimento do contrato.

Usou, novamente, da palavra o Senhor João Soares solicitando que a Câmara intercedesse junto da empresa para rever o preço das avenças com os comerciantes e da opção das 12 horas.

O Senhor Presidente respondeu dizendo que não podia prometer nada, mas que iriam analisar a situação.

Solicitou a palavra o Senhor Fernando Pereira para fazer um reparo, no que respeita à mudança do parque das bicicletas, que condiciona o acesso de viaturas junto do seu estabelecimento, e para solicitar a resolução da situação do terraço do edifício do Sporting, que muito prejudica os lojistas em termos de humidade.

Respondendo, o Senhor Presidente esclareceu que, sobre o terraço, surgem diversas dúvidas de legitimidade que devem ser resolvidas por via judicial.

Relativamente ao contrato celebrado com a Altice, disse que “é sagrado e tem de ser cumprido”.

Quanto ao assunto abordado pelo Senhor Francisco Antunes, o Senhor Presidente solicitou esclarecimentos ao Senhor Eng. Jorge Vieira, Diretor do DOP, que referiu que o problema do muro começou em janeiro de 2020, quando o Serviço de Proteção Civil Municipal registou a queda da face interior do muro de alvenaria de pedra miúda e com uma largura de cerca de 0.40 cm.

Informou que os serviços técnicos comunicaram ao proprietário - sem que tivesse sido feita qualquer comunicação da sua parte à Câmara - no dia 1 de março de 2021, no qual foi dado conhecimento da avaliação e das conclusões feitas pelos serviços técnicos, que registavam que o muro não era de suporte de terras do caminho, mas sim de vedação da sua propriedade.

Continuou e referiu que, posteriormente, foi enviada uma comunicação pelo Senhor Francisco Antunes, em 13 de abril de 2021, que não teve resposta face a ser muito próxima da que se enviou em março, onde se comunicou a decisão final.

Referiu que, entretanto, no dia 25 de maio de 2021, foi enviada uma carta à Câmara Municipal pelo seu Advogado, que foi respondida em 30 de setembro de 2021, tendo o Senhor Francisco Antunes enviado uma outra carta em 30 de novembro de 2022, que foi também respondida. Informou que, recentemente, no dia 6 de julho de 2023, enviou uma nova carta e que, pelo facto de já ter passado bastante tempo sobre a primeira avaliação feita em março de 2021, se entendeu que se justificava fazer um novo ponto de situação para confirmar que nada se tinha agravado desde essa altura, encontrando-se o assunto nos serviços técnicos para atualização da avaliação feita anteriormente.

Concluiu a sua explicação afirmando que existia apenas uma carta a que não foi dada resposta e reafirmando que não se tratava de um muro de suporte de terras do caminho, mas sim de um muro de vedação da sua propriedade.

O Senhor Presidente solicitou que fossem enviados técnicos ao local para reavaliar a situação.

Usou da palavra o Senhor José António Pinho para reforçar que deviam existir prioridades no que diz respeito à mobilidade, defendendo a gratuidade dos transportes para as pessoas séniores.

Retomou a palavra o Senhor Presidente, solicitando ao Senhor Diretor do DOP que se debruçasse sobre o alcatroamento do Caminho dos Moinhos, tendo o Senhor Eng. Jorge Vieira referido que se tratava da reparação de buracos. Sobre o Caminho das Escolas do Paul, o Senhor Diretor do DOP elucidou que se tratava de um caminho com cerca de 2.300 metros em terra batida e cuja reparação não se encontrava prevista, tendo o Senhor Presidente afirmado que iria contactar o Senhor Presidente da Junta para arranjar a melhor solução para evitar os inconvenientes em causa.

Relativamente à atribuição de habitação social, o Senhor Presidente informou que o assunto está a ser analisado pelos serviços, devido às diversas candidaturas existentes.

APROVAÇÃO EM MINUTA

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas por unanimidade, com exceção daquelas em que é referido outro modo de votação.

MONTANTE GLOBAL DOS ENCARGOS

O montante global dos encargos resultantes das deliberações tomadas nesta reunião de Câmara foi de € 466.244,12 (quatrocentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e quatro euros e doze cêntimos).

ENCERRAMENTO

Pelas 13:45 horas, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que para sua validade e fé vai, no fim, por si ser assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica.

O Presidente da Câmara, _____

A Diretora do DAGCJ, _____